



INFOQUADROS

N.º 08/2009

AGOSTO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUMENTA 4019
MILHÕES DE EUROS** **PAG. 2/3**

**REESTRUTURAÇÃO ATRASADA COM ...
QUALIFICAÇÃO NA SECRETARIA?** **PAG. 4**

**AS PENSÕES VÃO BAIXAR
DE FORMA BÁRBARA** **PAG. 12**



DE 2004 A 2008 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUMENTA 4019 MILHÕES DE EUROS

Despesas da Administração Central em termos acumulados de 2004 a 2008 diminuiu a despesa da Administração Central com salários- 2251 milhões de euros, enquanto os encargos com a aquisição de serviços aumentaram 4019 milhões de euros.

O acréscimo da despesa da AC com a aquisição de serviços tem superado em muito a diminuição registada com a despesa dos salários dos

trabalhadores da AC. Esta constatação põe em causa a ideia que o recurso ao outsourcing provoca necessariamente uma redução dos gastos públicos

Despesa com o Pessoal e com Aquisição de Bens e Serviços

Administração Central	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	milhões €					
Despesa com o pessoal	16100,3	17085,8	17989,3	17342,8	17462,5	17471,1
Remunerações certas e permanentes	11361,9	11408,9	11788,5	11480,7	11245,1	11111,0
Aquisição de bens e serviços	4680,8	7998,0	7945,3	7764,1	8885,4	8971,8
Aquisição de serviços	2577,8	4390,6	4773,9	5165,6	6390,2	6596,7

Fonte: CGE até 2008.

Em 2008, na Administração Central, os encargos com a aquisição de serviços apresentaram um acréscimo de 206,5 milhões de euros face a 2007 para o qual contribuiu o aumento de 166 milhões de

euros proveniente dos Fundos Serviços Autónomos, FSA, e o reforço de 40,5 milhões de euros por parte do Estado.

DE 2004 A 2008 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUMENTA 4019 MILHÕES DE EUROS

Despesa com Pessoal e com Aquisição de Bens e Serviços

Administração Central (AC)	2004	2005	2006	2007	2008	Variação acumulada (2008-2004)
	Variação em milhões €					
Despesa com o pessoal	+985,5	+903,5	-646,5	+119,7	+8,6	+1370,8
Remunerações certas e Permanentes	+47,0	+379,6	-307,8	-235,6	-134,1	-250,9
Aquisição de bens e serviços	+3317,2	-52,7	-181,2	+1121,4	+86,4	+4291,0
Aquisição de serviços	+1812,8	+383,4	+391,6	+1224,6	+206,5	+4018,9

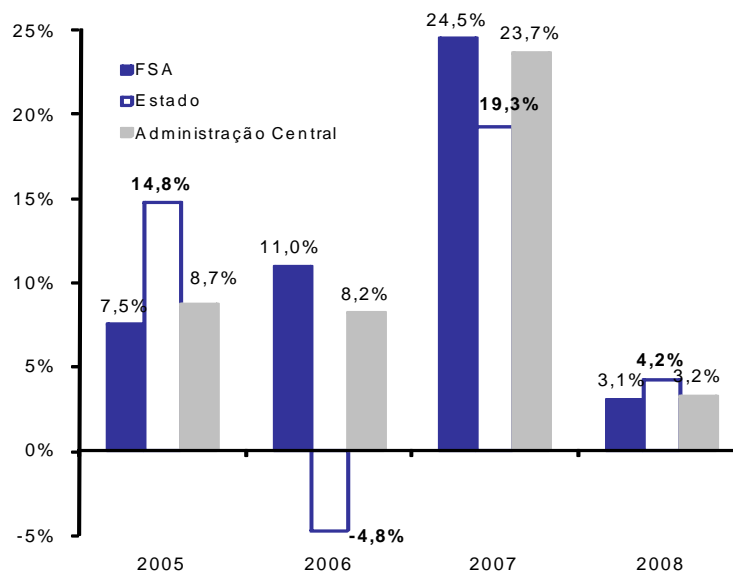
Despesa com Pessoal e com Aquisição de Bens e Serviços

Fundos e Serviços Autónomos	2004	2005	2006	2007	2008	Variação acumulada (2008-2004)
	Variação em milhões €					
Despesa com o pessoal	+120,9	+345,2	-274,7	-223,0	-267,3	-298,9
Remunerações certas e Permanentes	+23,6	+165,9	-89,3	-299,5	-137,2	-336,4
Aquisição de bens e serviços	+3197,4	-84,8	-137,5	+955,4	+31,7	+3962,2
Aquisição de serviços	+1786,9	+275,0	+431,8	+1069,6	+166,0	+3729,3

Se nos FSA foi a despesa com os “serviços de saúde”¹ que mais cresceu (+4,7%) tendo alcançado os 4 271 milhões de euros em 2008, reflectindo o pagamento de serviços prestados pelos hospitais empresarializados; já no Estado, as rubricas de despesa que mais aceleraram foram as respeitantes a “Outros Serviços” (+19,1%), “Outros Trabalhos Especializados” (+11,5%) e “Locação de Edifícios” (+19%), revelando as duas primeiras o recurso ao outsourcing e a trabalhos pagos feitos no exterior do Estado e a terceira uma má gestão dos dinheiros públicos.

De facto, a despesa com os “serviços de saúde” na AC registou um aumento acumulado de 3 526 milhões de euros de 2004 a 2008, tendo passado de 772 milhões de euros em 2003 para 4.298 milhões de euros em 2008.

Gráfico 1 – Despesa com a Aquisição de Serviços
(Taxa de Variação homóloga, em %)



Despesa com Pessoal e com Aquisição de Bens e Serviços

Administração Central	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	milhões €					
Serviços de Saúde	771,9	2313,4	2542,0	3022,2	4107,1	4297,8
Outros Trabalhos Especializados	270,6	341,3	402,5	417,9	570,4	566,6
Outros serviços	384,2	501,4	369,0	342,1	343,9	349,1
Estudos, pareceres, projectos de consultadoria	96,2	99,1	103,7	104,6	101,7	105,0
TOTAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2577,8	4390,6	4773,9	5165,6	6390,2	6596,7

¹Rubrica que agrupa todas as aquisições de serviços de saúde, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos. Incluem-se também as despesas das ARS com o sector privado convencionalizado, como sejam despesas geradas pelos hospitais resultantes da prestação de serviços, cuja facturação é apresentada pelas ARS, no âmbito do SNS.

REESTRUTURAÇÃO ATRASADA COM... QUALIFICAÇÃO NA SECRETARIA?!

ASSIM VAI A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O STE recusou a reestruturação proposta pela Ministra da Saúde para a carreira de técnico superior de saúde. A reestruturação das carreiras e corpos especiais deveria estar concluída em ... Agosto de 2008!

Eis senão quando e já depois de este Sindicato ter apresentado uma proposta de reestruturação da carreira dos técnicos superiores de saúde em 01 de Agosto de 2008, vem agora a Senhora Ministra da Saúde apresentar a proposta do Governo.

E qual é a proposta?

A proposta é, para completa surpresa nossa, a de juntar à carreira dos técnicos superiores de saúde (com 1244 trabalhadores) a carreira dos técnicos diagnóstico e terapêutica (com 7310 trabalhadores).

O que é que está em causa?

Está em causa a qualificação de trabalhadores da Administração Pública na secretaria! O que é totalmente inaceitável, na medida em que é uma falsa qualificação.

A carreira dos técnicos superiores de saúde é uma carreira altamente qualificada. É uma carreira que abrange físicos hospitalares, psicólogos clínicos, engenheiros sanitários, nutricionistas, farmacêuticos, bioquímicos, etc.

É uma carreira em que os trabalhadores têm uma licenciatura universitária, com de 2 a 4 anos de estágio, que se deseja passe a interno.

É uma carreira em que os profissionais têm de ser capazes de seleccionar e avaliar a metodologia mais adequada, montar e padronizar técnicas, avaliar e discutir resultados, elaborar relatórios analíticos, acrescentar investigação complementar, validar resultados e promover a garantia da qualidade.

Os técnicos superiores de saúde têm tido um papel relevante, por exemplo, nos ramos de genética, com a citogenética, a bioquímica genética, a oncogenética e a genética molecular, de físico hospitalar, com a radioterapia, a medicina nuclear e a radiologia, etc. ...

Em todas as áreas especializadas da saúde o caminho da qualidade exige uma sólida preparação científica e um internato que a complemente. Os tempos não estão para “facilidades” em áreas tão importantes - fulcrais – para as pessoas.

É por isso que o STE não compreende a proposta do Governo de um abaixamento generalizado de exigências, apostando inclusivamente numa qualificação na secretaria.

O STE denuncia a situação e a proposta certo de que o caminho do futuro aponta para o reforço de uma perspectiva estratégica com a coabitação com outras profissões mais voltadas para o labor quotidiano e respostas operacionais.

Isto mesmo foi dito à Sra. Ministra da Saúde, ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Secretário de Estado da Administração Pública com a esperança de que, mesmo à beira das eleições, o bom senso prevaleça.



REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DA DGCI: ANULAÇÃO DA INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA E QUALIFICAÇÃO NA SECRETARIA?

O STE foi surpreendido com o projecto de reestruturação de carreiras da Direcção-Geral dos Impostos.

Várias linhas de força emergem: transformação da carreira de inspecção tributária em auditoria;

redução da remuneração dos inspectores (no futuro, auditores), **entravam pelo nível 27 e passam a entrar pelo nível 13;**

afastamento do que foi,

recentemente, a reestruturação e desenvolvimento da carreira inspectiva(do nível 24 ao nível 62);

qualificação na secretaria: todos os trabalhadores **com o nível habilitacional das carreiras técnico- profissionais** – e são cerca de 7000 em 11000 - são **equiparados à carreira técnica superior “para efeitos de provimento em cargos dirigentes de outros departamentos da**

Administração”, seja qual for a categoria detida!

São, manifestamente, linhas de força que o STE contesta.

Se se considerar ainda que as funções desempenhadas por estes trabalhadores, essenciais para o funcionamento de uma sociedade democrática com respeito pela legalidade, implicam a adopção do vínculo de nomeação, o que é ignorado pelo projecto, o STE deu já conta ao Governo da sua frontal

A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ESPLENDOR DA HIPOCRISIA

De tempos a tempos, certos temas de forte conotação social emergem dos bátratos da actividade opinativa para abraçarem as grandes vagas da opinião pública.

O pior dos males nesta matéria é encará-la a partir de um preconceito ou de uma teoria.

Isto foi visível na pleiteada reforma da Administração Pública Portuguesa alegadamente protagonizada pelo Governo Socialista.

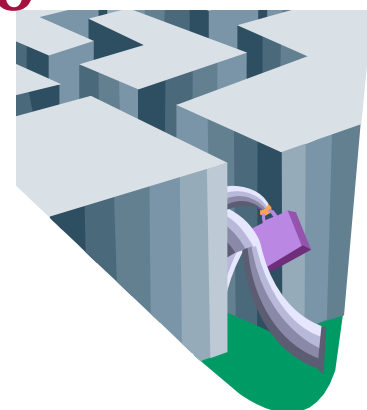
A verdade é que a reforma não respeita os interesses dos cidadãos por melhores serviços com qualidade acrescida e antes ostracizou um universo de trabalhadores ao serviço do país com espírito de missão e apurada consciência social de servir o bem comum, dando a ideia que “God hates us all”. Krushev conta que Estaline recebeu camponeses

de um Kolkhoz e não aceitou os valores da produção estimada que queria ver duplicada e triplicada. Assim aconteceu.

Isso fez com que para todo o Império o ditador trabalhou sempre com números de pura ficção.

Esta história mutatis mutandis representa a ficção do Governo em face da administração pública que nunca soube organizar e gerir no interesse nacional.

Ora, havia trabalhadores a mais e queria afastar 75.000 na época do “animal feroz”; ora o número de trabalhadores está bem assim e já não precisa de colocar mais na porta da rua na versão soft pós europeias; ora a reforma judiciária emperra na falta de magistrados da AP, sendo que o enfoque sempre foi colocado na vertente custos com pessoal sem encarar a natureza do Estado e o



elevado preço dos custos dos serviços de educação e saúde que presta bem como os custos de outras infraestruturas que assegura como transportes e estradas ou as funções de justiça, defesa e segurança.

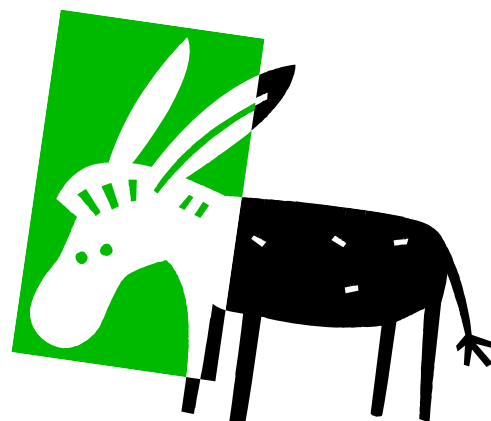
O que importaria era racionalizar a globalidade dos custos e refrear o deslumbre nacional com que os títulos de Dr. e Engº substituíram em tempos pós monárquicos a profusão de titularidades que caracterizou o liberalismo em que Almeida Garrett imortalizou na frase “Foge cão que te fazem barão, para onde se me fazem visconde”.

A MENSAGEM DE OBAMA

Foi em África, mas poderia ser na Europa. É quase tão importante que o Homem Branco tenha ouvido a mensagem de Obama quanto aqueles a quem ele aparentemente se dirigia. E as suas palavras dizem: o desenvolvimento depende da existência de uma boa Governação, e que esta só é possível com liberdade, boas instituições, justiça e equilíbrio entre os diferentes poderes. O veredicto da história é claro: Governos que respeitem a vontade dos povos, que governem pela persuasão e não pela coacção, são Governos mais estáveis e que trazem mais progresso. Estas palavras estão no cerne do modelo social europeu que garantiu paz e prosperidade ao longo de 70 anos e que no pós crise está ameaçado pela ausência do crescimento económico que lhe subjaz e que importa retomar para que o ocidente europeu se mantenha como farol das boas práticas no mundo laboral, económico, dos negócios e político e realize a felicidade dos seus povos.

MADOFF E A JUSTIÇA

Bernard Madoff de 71 anos foi condenado a 150 anos de prisão.
Na sentença que se quis exemplar e um recado ao poder bem como ser proporcional à dimensão dos danos sociais que o corretor norte-americano causou, espalhando sofrimento por todo o mundo.
A pena de Madoff incorpora também o travo amargo da vingança de uma sociedade que se desforra dos sucessivos abusos e impunidades dos gestores de fortunas, as grandes vedetas de ontem, quando o sucesso se media pelos milhões conquistados, sem olhar ao como.
A verdade é que Madoff foi a julgamento público e judicial porque o sistema ruiu. Sem a crise, seria hoje, à semelhança de muitos Madoff, o que sempre foi enquanto deu dinheiro a ganhar: um homem de sucesso, respeitado e admirado. E quanto ao resto... nem resto havia porque ninguém queria saber.



O BURRO DO INGLÊS

O burro do inglês é uma velha história e nem sei o porquê dessa nacionalidade para o protagonista. Um inglês esperto, para poupar, decidiu habituar o seu burro a não comer e foi-lhe diminuindo a alimentação gradualmente. Quando tinha comprovado o sucesso da sua teoria e o burro já estava desabituaado de comer, este, por azar, morreu!
Recordo-me dela sempre que leio os valores que se atingem em Portugal, quer o desemprego, designadamente o desemprego não apoiado pelo respectivo subsídio e o montante astronómico e sempre crescente dos recibos verdes, um oceano de precariedade sem limites.
Dir-se-ia que o Governo está a procurar desabituar os portugueses do alimento almejando que estes uma vez desabituaados não morram. Até ao momento o cenário não foi desmistificado facto que comprova as palavras de Heródoto: é sem dúvida mais fácil enganar uma população do que um só homem.

OS ARTISTAS

O Ministro dos corninhos

Manuel Pinho foi o Ministro que declarou o fim da crise quando esta mal começara. Foi o responsável pelo fanatismo da ASAE. Com as Piritas alentejanas e a Quimonda fez promessas que não pode cumprir traindo a expectativa e esperança de muitos trabalhadores e suas famílias.

Do êxito do plano tecnológico ninguém o viu falar e mesmo o Magalhães, não obstante os recursos que envolveu esteve longe do sucesso, sendo hoje questionável que o sucesso do país dependa de as crianças saberem jogar e brincar com o computador.

Acresce a isto as campanhas milionárias de propaganda turística do país como o Algarve e a que envolveu figuras públicas.

O ministro que sobreviveu a tudo isto caiu por causa de uns corninhos dirigidos à oposição. Mas corninhos valem mais que muitos empregos.

O Ministro criativo

O Ministro Teixeira dos Santos é um dos mais criativos ministros do actual Governo.

Tem conseguido transformar todos os indicadores económicos em sinais positivos de que a retoma está a chegar.

É verdade que não consegue atingir a imaginação do Ministro Manuel Pinho que viu a retoma antes da crise chegar. Mas mesmo assim não falta imaginação e criatividade em face das previsões do Banco de Portugal que recentemente anunciou que o país se mantém em recessão em 2010. É certo que a recessão em 2010 se traduzirá numa quebra de 0,6 do PIB, enquanto este ano será de 3,5%. Ora isto representa uma melhoria e o país precisa do optimismo delirante do Ministro das Finanças e o próprio Primeiro Ministro encara o futuro do país ouvindo um e o outro.

Até parece que não há crise, o que é certamente bom para as expectativas dos agentes económicos.

Os distraídos

Em Janeiro de 2006, a Direcção dos serviços do IVA informou os ginásios e health clubs de que a taxa do imposto baixava de 21% para 5%.

Muito poucos fizeram repercutir esta descida nos preços. A maioria, afirma a autoridade da concorrência, não se apercebeu da aplicabilidade da nova taxa. O que quer isto dizer que continuam a pagar 21% e o Estado aceitou ou passaram a pagar 5% e não deram pela diferença? Mistério.

A lei do orçamento para 2008 confirmou o benefício que, obviamente, se destinava aos clientes. Só que a generalidade das empresas manteve os preços inalterados. Houve protesto e a autoridade decidiu instaurar um processo de inquérito durante um ano inquiriu e investigou e concluiu que não houve práticas restritivas da concorrência pelo que arquivou o inquérito. Disse mais tarde, demorou um ano para o dizer, que talvez o assunto se enquadre na esfera de outras entidades, como a defesa do consumidor ou de fiscalização económica. Isto depois de a fiscalização económica – ASAE, também já se ter declarado incompetente, remetendo a questão para a Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

Quer dizer, o Governo quis tornar mais acessível a prática de exercício físico nos ginásios e o resultado foi este: o Estado deixou de cobrar uns milhões de euros de IVA e os pretensos beneficiários nada beneficiaram. Para onde foi o dinheiro? Para os bolsos dos donos dos ginásios naturalmente, tal como outros milhões foram para os bolsos das gasoleiras que com o beneplácito da autoridade da concorrência e do Ministério da Inovação e da Economia jogaram ao gato e ao rato com os consumidores durante o sobe e desce dos preços dos combustíveis.

Um Estado que assim se comporta é um Estado da treta e inútil que não inspira confiança, nem merece o respeito dos cidadãos cujos interesses tem a obrigação de



DIFERENTES PERSPECTIVAS MUNDIAIS

A economia Mundial ainda está a atravessar a maior recessão dos últimos sessenta anos, mas os dirigentes mundiais do G8 reunidos em Itália estão de regresso aos termos habituais antes da crise.

Combater a crise mundial já não é, como todas as cimeiras internacionais realizadas desde Setembro de 2008, uma emergência.

O ambiente que se viveu em Itália nesta cimeira do G8 é em tudo diverso do encontro em Londres há três meses atrás.

Nesta altura a cimeira do G20 foi apresentada como a última oportunidade para salvar o mundo de uma iminente catástrofe económica e financeira. Agora o discurso da urgência desapareceu e os avanços neste encontro do G8 que terá como convidados vários líderes das economias emergentes e em desenvolvimento deverão concentrar-se na conclusão da ronda de Doha do comércio internacional - que se prolonga há sete anos - e na redefinição da ajuda aos países mais pobres, uma tarefa discutida há décadas.

O que mudou de Londres para Àquila?

Em primeiro lugar, o facto de os indicadores económicos, embora ainda em terreno negativo, deixarem de estar em queda; depois no sistema financeiro, embora haja avisos que os problemas ainda não estão resolvidos, a verdade é que o medo e a desconfiança vividos após a falência do Lehman Brother's atenuaram-se, por fim a razão fulcral reside no

facto de haver diferenças de posicionamento significativas entre países. Enquanto os EUA continuam a colocar a hipótese de lançarem um novo pacto de estímulo económico com mais despesa e investimento público, a Alemanha está já a dar início a uma estratégia de correcção das finanças públicas, pelo que chegar a uma posição de consenso seria difícil, algo que acontece também no que respeita à reforma do sistema de regulação no sistema financeiro.

De relevar ainda que por causa da crise o G8 perdeu peso e importância face ao G20. Pelo que qualquer decisão importante nestas matérias deve contar, agora, com consenso mais alargado.

E até mesmo no Vaticano, o Papa fez questão de, na sua primeira encíclica social defender a criação de uma autoridade política mundial e uma reforma urgente da Organização das Nações Unidas.

Por outro lado e pela primeira vez a assistência aos países em desenvolvimento vai centrar-se mais no desenvolvimento agrícola e menos na ajuda de emergência, sendo, segundo a ONU, a maior mudança estratégica nas últimas duas décadas. Claro fica que a fórmula G8 já não satisfaz e que os países emergentes vão aceitar que sejam os Estados mais ricos e industrializados a ditar a agenda de prioridades do mundo. E que nações emergentes como a China, Índia, Brasil e

NOTÍCIAS BREVES

OS VALORES CREDÍVEIS DO ORÇAMENTO

Mais um ano que passa e o Estado continua sem conseguir implementar um plano de contabilidade único para todos os organismos, não apresenta um registo completo do seu património e apresenta deficiências no contrato interno da contabilização de receitas.

Todas as críticas são feitas pelo Tribunal de Contas e levam a que esta entidade, como já vem sendo hábito, declare ter reservas sobre os valores da receita, da despesa e do défice (em contabilidade pública, não aquele que é enviado a Bruxelas).

No parecer à conta Geral do Estado de 2007 o Tribunal de Contas repete muitos dos alertas feitos em anos anteriores relativamente às contas apresentadas pelo Governo.

Em primeiro lugar, o plano oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado em 1997, ainda não está em vigor na maior parte dos organismos.

Depois a centralização da tesouraria do Estado, datada de 1999 continua a não ser uma certeza em toda administração pública.

O que significa que o cumprimento das melhores práticas não vem de



O PESO DA CHIMÉRICA

O acordo umbilical comercial e financeiro entre a China e os Estados Unidos é tão óbvio que um historiador económico da Universidade de Harvard já baptizou esta relação de Chimérica.

De facto, os dados falam por si: a China fecha o ano de 2008 com um excedente comercial recorde de 200 mil milhões de euros. Pequim é o maior financiador do seu principal cliente, detendo 21% da dívida nacional dos Estados Unidos na mão de estrangeiros à frente dos japoneses. De resto na cimeira G20 foi a China que questionou a manutenção do dólar como moeda de referência.

O futuro do mundo joga-se muito entre estas super potencias – A China e o Estado Unidos.

DO MUNDO

Os países mais ricos do planeta e as principais economias emergentes não conseguem chegar a acordo quanto à definição de metas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, ameaçando tornar a cimeira do G8 em Itália numa desilusão para quem esperava avanços significativos quanto às alterações climáticas.

O G8 composto pelo EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália e Rússia anunciou o acordo para a redução das emissões em 80% e para uma limitação do aquecimento global em 2 graus centígrados até 2050.

Mas antes fora anunciado que o acordo não se estendia às principais economias emergentes como a China e Índia. O Fórum das Grandes Economias – estrutura de 16 países, que inclui o G8 e as potências emergentes como a China, Índia, Coreia do Sul ou Brasil rejeita uma meta temporal de médio e longo prazo para a redução

de emissões. Algo que os especialistas dizem poder comprometer o sucesso de uma estratégia mundial para as alterações climáticas quando o mundo está a cinco meses da decisiva conferência ambiental das Nações Unidas em Copenhaga.

De igual forma as declarações sobre a condução da política económica serão pouco específicas, não colocando em causa a liberdade de cada Governo para tomar a opção que considerar mais adequada. Assim, as denominadas estratégias de saída vão variar de país para país dependendo das condições económicas domésticas e da situação das finanças públicas.

Com esta frase, tanto os países que mais temem a inflação, como a Alemanha, como os países que receiam os efeitos da escalada do desemprego, como os EUA, podem assinar um comunicado final conjunto que não vá contra o que os respectivos Governos têm

NOVO MUNDO?

Malouf no seu livro UM MUNDO SEM REGRAS defende uma reinvenção urgente do mundo, contrariando a tese do conflito de civilizações. Diz ele que existe apenas uma civilização e ou morremos juntos ou nos salvamos juntos.



Opinando...

A HERANÇA ... NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O novo quadro legal na Administração Pública já leva algum tempo de vida. É ainda um bebezinho mas um manto de silêncio desceu sobre a sua evolução e aplicação.

Optou-se por um regime de contrato de trabalho e de contratação colectiva de que não havia experiência.

São diplomas densos e complexos que suscitam mais dúvidas que certezas. Meio mundo anda às voltas com a sua aplicação, tentando esclarecer a outra metade.

Debaixo do vulcão a produtividade cai com os profissionais desmotivados e perdidos no olho do furacão interpretativo.

Por ironia quando mais a administração se deveria voltar para o exterior (seria o objectivo de reforma) mais se volta sobre si mesma.

Continua-se a roubar dignidade à Administração Pública apresentando de forma continuada os trabalhadores como incompetentes, relapsos redundantes, mas nunca como agora tanto se apela ao Estado.

Fez-se um PRACE que desestabilizou estruturas e missões sem ganhos de operacionalidade na resposta aos cidadãos.

Criou-se um quadro “dito de mobilidade” mas de facto de excedentes.

Extinguiram-se as carreiras, prevendo para 75% dos profissionais licenciados percursos desmotivantes de 120 anos de vida activa.

Dir-se-á que para os muitos bons - não mais de 25%, não será assim. Mesmo estes estão reféns do processo de avaliação e da disponibilidade de dirigentes politizados.

De relevar ainda que o novo regime ainda só foi aplicado ao regime geral abrangendo cerca de um



terço do total da função pública.

Estão de fora, por agora, as carreiras de regime especial e restantes grupos mantendo em percentagem elevada o risco de conflitualidade entre os grupos profissionais. Como corolário de tudo isto os trabalhadores da Administração Pública reagem da única forma que podem. Recorrem à aposentação antecipada ainda que com significativas penalizações.

Nos serviços diminui progressivamente o número de recursos humanos disponíveis e aumenta exponencialmente a falta de capacidade na resposta por asfíxia na dotação de efectivos.

Paralelamente aumenta a despesa com aquisição de serviços a empresas, advogados e consultores com a consequente perda de qualidade e independência.

Acresce que os portugueses ainda desconhecem o impacto orçamental desta mudança. Pode acontecer que os portugueses se venham a juntar aos trabalhadores da Administração Pública nas palavras de Ronald Reagan “O Governo não é a solução para os nossos problemas. O Governo é o problema”.

OS PASSEIOS DO STE



CRUZEIRO DO DOURO - 26 de Setembro

Com os nossos associados, familiares e amigos vamos até à Régua, a bordo de um típico barco rabelo, desfrutando das magníficas paisagens do Douro Vinhateiro...

O programa inclui viagem de barco Porto/Régua com Pequeno-almoço a bordo, Porto Aperitivo e Almoço. Inclui viagem de regresso Régua/Porto de comboio.

Custo por pessoa: 50.00 € (50% pago no acto da inscrição)

Limite de inscrições: 50

Encontro: 09.00h no Cais da Ribeira do Porto (regresso 19.30/20.30h)

Inscrições: Secretariado do Porto - R. da Alegria, 248 1º Esq.

tel. 222004630, fax 222004629 Albertina Rocha (albertinarocha@tvitel.pt; 91 423 06 90)

Rui Afonso (ruifonso@gmail.com; 934 777 127)

Para quem necessitar de hotel e precisar de ajuda... contem connosco!!!

PROTOCOLOS - STE



Neste VERÃO poupe ainda mais...

Lugar ao Sol

**Encomende 1 talonário de 7 noites, em duplo,
Por apenas 65€ e... Receba mais 7 noites de oferta.**

- Mais de 250 hotéis em Portugal e Espanha à sua escolha
- Não é obrigatório a utilização seguida das 7 noites de estada na mesma unidade
- O talonário é transmissível e tem a validade de 2 anos após a data de emissão de compra.
- Consumos mínimos diários obrigatórios e por pessoa (na maioria dos casos, 1 peq. Almoço mais 1 refeição)

ADIRA JÁ

Tel / Fax: 212 970 488 / **Tlm:** 96 563 50 00

Email: apoioaocliente@lugaraosol.pt

Web: www.lugaraosol.pt

AS PENSÕES VÃO BAIXAR DE FORMA BÁRBARA



Valor das pensões será metade dos salários

Um relatório da OCDE recentemente publicado faz luz sobre a questão. É verdade inquestionável que os portugueses que têm, hoje, entre 40 e 50 anos e estão no activo ficarão com uma reforma média correspondente a pouco mais de metade (precisamente 54,1%) do último salário auferido, uma das pensões mais baixas do conjunto dos 30 países mais desenvolvidos do mundo.

As contas são do OCDE e confirmam o impacto negativo da reforma do sistema de pensões apresentada em 2006 e que entrou em vigor em 2007.

Antes os trabalhadores podiam contar com uma pensão média correspondente a 90% do último salário recebido; agora, esta taxa será muito mais baixa e ficará pelos 54,1%. É a chamada taxa de substituição e que seguindo o relatório da OCDE, situando-se aquém da média (68%9 e longe da recomendação de 70% da OCDE.

O país onde a protecção é mais efectiva é a Grécia, onde a pensão corresponde praticamente ao valor do último salário (95,7%). No pólo oposto, o México, com uma taxa de substituição de 31,4% é o país onde as pensões são mais reduzidas quando comparadas com as remunerações anteriores.

Os portugueses ficam a dever mais esta medida ao Eng. José Sócrates, cujo Governo se apressou a elogiar a “sua” reforma.

Não queremos questionar a que a necessidade que existia da reforma o que se questiona é ser implementada para uma geração que está no ponto final da sua vida activa, sem alternativas de recurso a outros planos públicos ou privados.

A fazer-se deveria abranger apenas os trabalhadores que começavam a descontar para a segurança social em Janeiro de 2007 com 20 anos e que tinham à sua frente uma carreira contributiva de 40 anos e podiam bater-se, quer por uma progressão salarial acentuada, quer a opção por alternativas.

Como esta reforma não foi explicada aos portugueses de forma transparente e clara nos seus impactos, estes são levados a pensar que nada mudou, isto é que a sua pensão não será afectada em relação á situação anterior. Mas o facto é que é – e como se percebe, quanto mais novo é um indivíduo maior é a diferença na pensão entre o método antigo e o novo.

Com efeito, um cidadão que tenha hoje 55 anos verá a sua reforma descer em cerca de 10p.p. face ao último salário; mas um cidadão de 25 anos já terá uma redução da sua reforma que pode chegar aos 20 pp.

Se segundo Blaise Parcal só existem dois tipos de homens: os íntegros que se consideram pecadores e os pecadores que se consideram íntegros os autores da reforma estão, totalmente, entre os segundos.



**SINDICATO DOS QUADROS
TÉCNICOS DO ESTADO**

SEDE:

R. Braamcamp, 88-2º Dtº

1269-111 LISBOA

Telef.: 21 386 00 55

Fax: 21 386 07 85

E-Mail: ste@mail.telepac.pt

DEPARTAMENTO

DE FORMAÇÃO:

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-2º C

1050-117 LISBOA

Telef.: 21 317 20 99

Fax: 21 317 07 02

PORTO

R. da Alegria, 248 - 1º Esq.

4000-034 PORTO

Telef.: 22 200 46 30

Fax: 22 200 46 29

E-mail: steporto@mail.telepac.pt

COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães,

Nº 676 - 3º andar - sala 1

3000-174 COIMBRA

Telef.: 239 838 176

Fax: 239 82 51 86

E-mail: stecoimbra@iol.pt

ÉVORA

Galeria Comercial do Hotel da

Cartuxa Loja 16

7000 Évora

Tel. e Fax: 266 74 47 71

961724137/47

E-mail: ste.evora@sapo.pt

ÁCORES

Rua do Rego, 24 - 1º,

9700-161 ANGRA DO HEROISMO

Telef. e Fax: 295 217 079

E-mail: steacores@post.com

MADEIRA

R. Câmara Pestana, 6

1º andar, Sala D

9050-017 FUNCHAL

Telef.: 291 226 023

Fax: 291 226 028

ALGARVE

Rua Vasco da Gama, 54, 2º Dto.

8000 FARO

E-mail: ste.algarve@gmail.com

VISEU

E-mail: ste.viseu@sapo.pt

Telem.: 961 879 731

Directora:

Maria Teresa Rosa

Periodicidade: Mensal

Tiragem: 18.000 exs.